



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**ACTA N.º 2 /2007**

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRA,  
REALIZADA NO DIA 15 DE FEVEREIRO  
DE 2007: -----**

-----Aos quinze dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e sete, nesta Vila de Mira, na sala de reuniões dos Órgãos da Autarquia, edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Mira, em sessão ordinária, sob a presidência do Exmo. Sr. Prof. Doutor Fernando de Jesus Regateiro, secretariado pelos Exmos. Srs. D. Sara Fresco, 1.º Secretário e o Sr. Paulo Manuel Reigota dos Santos, 2º Secretário. Estiveram, igualmente, presentes os deputados Exmos. Srs. Dr. Raul José Rei Soares de Almeida, Eng.º Carlos Manuel Brites Monteiro, Dr. Juan António Figueiredo Apolinário, Pedro Nunes, Narciso Patrão António, Luís Filipe da Cruz Barreto, João Maria Nogueira, Dr.ª Isabel Cristina Jorge, Prof. Maria Elzita de Miranda Seixas, Dr. Luís Miguel Domingues Mingatos, Dr. Paulo Jorge dos Santos Grego, Prof.ª Ana Maria Baião Seabra Ramos, Gabriel Miranda Pinho, Dr. Marco António Saborano Custódio, Prof. Luís Manuel de Jesus Lourenço, Carlos Alberto dos Santos Milheirão, Albano Manuel da Rocha Lourenço, António Cardoso Alberto e Mário de Jesus Manata. -----

**-----JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS: -----**

-----A Mesa da Assembleia, no âmbito da competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 46.º-A da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

11 de Janeiro, justificou as faltas do Sr. Eng.º Calisto de Oliveira Coquim, Eng.º Virgílio Cravo Roxo e do Sr. Manuel Ferreira Inocência. -----

----- **HORA DE ABERTURA:** Eram dezasseis horas quando foi declarada aberta a sessão, tendo sido feita a chamada dos membros da Assembleia, com as presenças e as ausências anteriormente referidas. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Prof. Doutor Fernando de Jesus Regateiro informou que iria ocorrer uma Reunião Extraordinária no dia 28 de Fevereiro de 2007, pelas 19 horas; que, iria ocorrer no mesmo dia e à mesma hora em todas as Assembleias Municipais do Distrito, por razões de eleição do representante da Assembleia Municipal na Assembleia da Grande Área Metropolitana de Coimbra. -----

----- Deu ainda conhecimento de um pedido de suspensão do Sr. Deputado Manuel Ferreira Inocência pelo período de onze meses por motivos profissionais, designadamente de um estágio académico que estava a realizar no Hospital de S. João na cidade do Porto. -----

----- Leu também um esclarecimento do Sr. Presidente da Câmara à Assembleia pela expressão “O Processo foi mal definido (negligente no mínimo)” que tinha utilizado na acta de 28 de Setembro de 2006, a fim de evitar interpretações dúbias ou de natureza diferente daquela que tinha querido dar à sua intervenção. -----

----- O Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida, relativamente ao pedido de esclarecimento que tinha sido feito pelo Sr. Presidente da Câmara disse que tinha sido aceite, embora não tenha concordado. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu início à aprovação das actas e relativamente à acta de 28 de Setembro de 2006, na página 12, o Sr. Deputado Gabriel Pinho disse que não estava rectificada a resposta do Sr. Presidente da Câmara, conforme tinha pedido. Relativamente à acta n.º5 de 20 de Dezembro de 2006, na página 37, o Sr. Deputado Dr. Juan António disse que no último parágrafo na sua intervenção devia constar “empolamento das receitas” e não “implemento das receitas”. Na mesma acta na página 32 onde consta a intervenção do Sr. Deputado Eng.º Carlos Milheirão devia constar Eng.º Carlos Monteiro. -----

----- Seguiu-se a aprovação da acta de 20 de Dezembro de 2007, tendo sido a mesma **aprovada por maioria**, com uma abstenções da Sr.ª Deputada Dr.ª Cristina Jorge por não ter estado presente e a aprovação da acta de 28 de Setembro de 2006, tendo sido também **aprovada por maioria** com duas abstenções do Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida por não estarem esclarecidas algumas questões que tinham sido levantadas pelo Sr. Deputado Gabriel Pinho e do Sr. Deputado Luís Filipe Barreto por não ter estado presente. -----

----- **PERÍODO DE “ ANTES DA ORDEM DO DIA”:** -----

----- O Sr. Deputado Dr. Paulo Grego, quanto ao programa “PARES”, teve conhecimento que tinham sido aprovadas duas candidaturas para o Concelho de Mira, uma para o Lar de Idosos do Seixo e outra para o Centro de Dia dos Carapelhos e pediu mais informações relativas às candidaturas e ao seu enquadramento nas restantes candidaturas aprovadas no Distrito. Elogiou ainda, as duas obras que tinham sido aprovadas para duas freguesias que não eram Socialistas, como prova de que o



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Executivo não estava a trabalhar com fins eleitoralistas, mas em prol do bem do Concelho. -----

----- Interveio o Sr. Deputado João Maria Nogueira para dizer que tinha lido, num órgão da Comunicação social, a vinda para o Concelho de uma equipa de Sapadores Florestais, facto que tinha deixado o Sr. Deputado bastante satisfeito, pedindo ainda que lhe fossem dados mais alguns esclarecimentos. -----

----- O Sr. Deputado Gabriel Miranda Pinho começou por alertar que, depois da abertura da A17 o trânsito, da parte nascente do Concelho, passava todo pelos Carapelhos causando alguns acidentes e por isso era urgente o alargamento daquela estrada. Disse também que tinha recebido a visita de um fiscal da Câmara Municipal, que andava a verificar, relativamente a algumas empresas, se tinham as licenças dos depósitos de gasóleo porque tinha havido uma denúncia de um anónimo; que, tinha apresentado toda a documentação pedida ao fiscal e que tinha ficado extremamente espantado com uma visita posterior, de duas pessoas da ASAE que tinham recebido uma comunicação da Câmara Municipal; que, na sua opinião não passava de uma perseguição da Câmara Municipal. -----

----- O Sr. Vice-Presidente da Câmara, Dr. Manuel Martins informou que lhe caberia representar o Sr. Presidente da Câmara, uma vez que lhe tinha sido impossível estar presente na Assembleia pelo facto de se encontrar numa reunião importantíssima da UAC, em Condeixa. Em resposta às questões e matérias abordadas, pelos Srs. Deputados o Sr. Vice-Presidente começou por dizer, relativamente ao programa “PARES” que, tinham sido feitas três candidaturas das quais duas foram aprovadas e



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que eram programas de alargamento da rede de equipamentos sociais com finalidade de apoiar o desenvolvimento e consolidar a rede de equipamentos sociais. Quanto à questão dos Sapadores Florestais explicou que tinha sido fruto de uma candidatura apresentada à Direcção Geral dos Recursos Florestais a qual tinha sido aprovada; que, o sapador florestal era um trabalhador especializado, com perfil adequado à respectiva formação e que funcionavam em equipas. No tocante à intervenção do Sr. Deputado Gabriel Pinho relativa à estrada, disse que já tinha recebido uma carta do Sr. Presidente da Junta de Freguesia, e que já tinham sido feitos alguns contactos com os técnicos para a resolução do problema. Relativamente à abordagem que tinha sido feita também pelo Sr. Deputado, de uma eventual perseguição política da Câmara Municipal disse que não tinha existido qualquer tipo de perseguição política mas que tinha chegado à Câmara Municipal um pedido para que fossem identificadas todas as empresas com postos de gasóleo. -----

----- A pedido do Sr. Vice-Presidente, a Sr. Vereadora Dr.<sup>a</sup> Sandra Pereira explicou que as valências que estavam no apoio do programa PARES eram para Creches, Centros de Dia, Lares de Idosos, apoio domiciliário, apenas nos casos em que já existisse outra valência, Lares residenciais ou residências autónomas, na área da deficiência. Disse que o programa tinha dado particular relevo aos projectos de Creches e Lares de Idosos e que, infelizmente, uma das três candidaturas, a Cercimira que seria o lar residencial, não tinha sido aprovada por não terem dado referência à área da deficiência; que, as duas que tinham sido aprovadas eram o Centro Social e Paroquial do Seixo, com a aprovação do Lar de Idosos e a Associação de Solidariedade Social de Carapinhos e Corticeiro de



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Baixo, com a aprovação da Creche e Centro de Dia. Tinham sido apresentadas 1250 candidaturas a nível Nacional das quais apenas 271 foram aprovadas. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Mário Manata que começou por referir que a Junta de Freguesia se congratulava pela cedência das máquinas para a abertura das valas e arranjo de alguns caminhos. Em nome pessoal e da organização da noite cultural do dia 27 de Janeiro, louvou o Executivo, na pessoa do Sr. Vice-Presidente, Dr. Manuel Martins pela sua presença que muito os tinha honrado. Relativamente à Rua da Floresta pediu que fossem tomadas medidas para diminuir a velocidade do trânsito e para que fossem cortados alguns pinheiros. -----

----- O Sr. Deputado Prof. Luís Lourenço referindo-se à ponte da rotunda da Praia até ao Orbitur disse que, apesar de já ter verificado que andava a ser reparada, era de ser considerada uma obra prioritária permitindo melhores condições de trânsito e segurança para que deixasse de ser uma condicionante ao desenvolvimento da própria Praia. -----

----- O Sr. Deputado Dr. Juan António começou por louvar não só a Câmara Municipal mas também a quem tinha tido a iniciativa do programa “PARES”. Alertou para a necessidade do eixo rodoviário da ponte da videira se encontrar em condições antes da chegada da época balnear. Relativamente ao encerramento do posto da GNR da Praia de Mira, alertou e pediu para que fossem salvaguardados os problemas de segurança que eventualmente pudessem surgir. Referindo-se ao Gabinete de Gestão de Sistemas de Informação, mostrou-se surpreendido e lamentou o facto de ter sido retirada a página da Internet que tinha alguma originalidade para ser substituída por outra extremamente vulgar, sem nada de apelativo; que, os serviços técnicos deviam estar imunes a qualquer



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

cunho político e deviam aproveitar as coisas boas que eram feitas, independentemente de quem tinha tido a iniciativa e que tinham passado de uma página apelativa, com a simbologia da bicicleta, para uma página estática, sem vida e com pouca originalidade. Por fim, questionou se existiam novidades no tocante à questão do campo de golfe e disse que estavam a perder a oportunidade de marcar alguma diferença uma vez que na região centro não existia nenhum campo com condições, com excepção da Quinta das Lágrimas, em Coimbra. -----

----- Em resposta às questões e matérias abordadas, o Sr. Vice-Presidente Dr. Manuel Martins, agradeceu as palavras proferidas pelo Sr. Deputado Mário Manata. Referindo-se à obra da ponte da Videira disse que estava a ser reparada para evitar problemas na época alta que se aproximava. Quanto ao programa “PARES” disse que estava de acordo que teria que partir da parte do promotor mas que a Câmara Municipal tinha tido também um papel importantíssimo pelo facto das candidaturas se virem arrastar já há alguns anos. Informou ainda que, estavam muito preocupados e empenhados em resolver a situação do encerramento do posto da GNR da Praia de Mira mas que, ainda não existia nenhuma informação oficial. No respeitante ao campo de golfe esclareceu que as coisas estavam a avançar, embora um pouco mais lentas do que aquilo que seria desejado porque existiram alguns problemas que tiveram de ser resolvidos; que, já tinha sido avaliado o terreno e inscrito nas Finanças, ficando a faltar o registo na Conservatória que depois de ser feito passariam à hasta pública. De seguida deu a palavra ao Sr. Vereador Dr. Miguel Grego, o qual explicou que a alteração da página na Net, não tinha sido por opção mas sim por obrigação e imposição do Aveiro Digital;



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que, no contrato que tinha sido assinado com aquela entidade, a página tinha de ser normalizada por outros municípios, o que não concordava, mas uma vez que existia um contrato tinha que ser respeitado; que, preferia ter uma página diferente em que Mira se afirmasse por aquilo que tinha de diferente mas teriam de viver por mais algum tempo com tal constrangimento. Informou ainda que já estava disponível a nova página de meteorologia da Câmara. -----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Pinho que congratulou com muito agrado a aprovação do Centro de Dia dos Carapelhos. Questionou ainda, uma vez que a Câmara se encontrava em má situação financeira, como era possível cada vez existirem mais funcionários. -----

----- O Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida usou da palavra para dizer que era a favor das SCUTS se fossem em todo o país mas que estavam previstas apenas para algumas zonas do país. Sumariamente disse que, existiam três critérios principais para que o concelho fosse contemplado com scut: o PIB per capita da região ser superior a 80% da média nacional; o índice do poder de compra concelhio acima 90% da média e que o tempo de viagem em percursos alternativos não fosse superior 130% daquilo que levaria numa Scut. Não lhe parecia que Mira reunisse tais critérios e que existiam zonas do país muito mais desenvolvidas que não iam ter Scut's. Disse ainda que era a favor das Scut's no caso de ser igual para todos e que na sua opinião a Câmara Municipal tinha que reclamar, até porque o Sr. Ministro Mário Lino tinha dado uma entrevista à Rádio Renascença onde tinha dito que, no tocante às portagens, iria conversar com os autarcas. E neste sentido gostaria de saber se o executivo já tinha conversado com o Sr. Ministro





**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

no sentido de lhe fazer ver que Mira não tinha aqueles índices. Acrescentou ainda que estavam sujeitos a levar com uma Scut, com uma média que não era a de Mira. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Narciso Patrão para, relativamente a um artigo publicado num jornal local em que a Casa do Povo reclamava um pagamento da Câmara Municipal, saber se existe efectivamente alguma dívida ou não. -----

----- Foi dada a palavra novamente ao Sr. Vice-Presidente que relativamente à intervenção do Sr. Deputado Gabriel Pinho disse que tinham sido atribuídas mais competências à Câmara Municipal mas que não estava de acordo quanto ao aumento de funcionários referido pelo Sr. Deputado. Quanto às Scut's esclareceu que a Câmara procurou compreender as razões que tinham levado o Governo a tomar tal opção e que as restantes rodovias, nomeadamente a EN109, a ponte do Cabeço e a variante à Praia de Mira, fossem para breve. Acrescentou que recentemente tinham sido informados que já tinha sido adjudicada a construção da variante. Avançou ainda que tinha sido o Sr. Ministro Mário Lino que tinha contactado o Sr. Presidente da Câmara e que estavam a aguardar novos desenvolvimentos. Por fim, esclareceu que juntamente com o Sr. Vereador Miguel Grego, tinham estado reunidos com o Presidente da Casa do Povo a fim de esclarecer a situação; que, o Presidente da Câmara tinha feito todos os esforços para que a candidatura da Casa do Povo à DGAL fosse aprovada, candidatura essa que já se arrastava há vários anos sem nunca ter sido aprovada e que tal aprovação tinha sido conseguida devido à intervenção e empenho do executivo. Acrescentou ainda que a Casa do Povo não tinha actividades regulares que pudessem entrar ao abrigo dos critérios de atribuição de subsídios e lembrou também que o ATL, fruto das alterações



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

extra-curriculares não fazia muito sentido e que através da Câmara com o empenho do Sr. Vereador Miguel Grego tinha sido feito um protocolo para que fosse possível manter o ATL e os postos de trabalho. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Luís Filipe Barreto para questionar se já existia alguma coisa em concreto relativamente à obra do Centro Comunitário da Presa e também se seria possível resolver tecnicamente a situação da cabine que estava na subida da Presa porque, era de comum acordo que não era agradável ter à entrada da povoação uma obra daquele género. Pediu ainda informação relativamente à data do concurso e à empresa. -

----- Tomou a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Dr.<sup>a</sup> Cristina Jorge para, com muito desagrado, dizer que ao sair da A17 e entrar no maravilhoso Concelho de Mira lamentava deparar-se com uma rotunda naquele estado e mais ainda o estado em que se encontrava a EN 109. Questionou se a Câmara Municipal estava a tomar algum tipo de providência junto da JAE. -----

----- O Sr. Deputado Eng.<sup>o</sup> Carlos Monteiro começou por dizer que, as Scuts eram uma medida economicista, sem sentido, tornando-se em mais um imposto para pagar. Mais disse que, o arranjo da EN109 era obrigação e não estavam a fazer nenhum favor: que, concordava com as Scut's se fossem arrançadas estradas alternativas, de contrário não. Alertou este e os próximos executivos relativamente ao QREN, em projectos multimunicipais, a Região Centro era a que seria mais abrangida com dinheiro e seria importante haver uma conjugação de esforços entre os Municípios e a CCDR e seria a altura ideal para meter o projecto de requalificação da Barrinha. -----

----- Interveio o Sr. Deputado João Nogueira para, relativamente à intervenção onde



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tinha sido dito que existiam funcionários a mais no Parque de Campismo, relembrar que tinha sido Vereador responsável pelo Parque de Campismo durante quatro anos, onde tinha trabalhado dia e noite e por esse motivo sabia muito bem quais as necessidades do Parque; que, mesmo em pleno Inverno existiam muitas coisas para fazer nomeadamente árvores para plantar e podar, caixas de electricidade para arranjar, tubos de esgoto etc. que, se não fosse feito pelos funcionários de Parque tinha que ser feito pela Câmara. ----

----- O Sr. Vice-Presidente da Câmara usou da palavra para em resposta às questões colocadas pelos Srs. Deputados dizer que tinha tido a informação da variante via telefone e por isso apenas sabia que a empresa que ia executar a obra era a que estava em primeiro lugar. Disse também que a cabine que tinha sido falada era para dar apoio a uma Etar que iria fazer a ligação do saneamento da Rua do Canto e a Rua das Escolas. Relativamente à EN109 disse que eram os primeiros a estar desgostosos com a situação e que tudo têm feito para que as coisas fossem resolvidas. -----

----- A pedido do Sr. Vice-Presidente, tomou a palavra o Sr. Eng. Rui Silva e disse que aquilo que estava acordado e que tinha sido aprovado em reunião de Câmara era que as obras iriam começar durante o mês de Fevereiro. Quanto à cabine, era uma cabine provisória para instalação do quadro eléctrico e das bombas doseadoras de desinfecção do saneamento. -----

----- Também a pedido do Sr. Vice-Presidente, o Sr. Vereador Dr. Miguel Grego relativamente ao QREN, esclareceu que a Câmara tinha tido várias reuniões, as regras tinham mudado, a multimunicipalidade era cada vez mais realidade e estavam numa posição um pouco ambígua porque tinham uma relação muito próxima com os



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

municípios da Ria mas em termos de NUT3 era com o Baixo Mondego que estava com uma dinâmica ligeiramente mais atrofiada; que, tinha de haver uma nova associação que congregasse os municípios para que, em conjunto, concorressem aos fundos do QREN. Acrescentou que já existia um grande conjunto de trabalhos, inclusivamente a adjudicação de um estudo a uma empresa que pudesse promover a estratégia da NUT3, na qual se integravam os projectos de Mira e para além disso, fruto de alguns projectos estruturantes que iriam acontecer no Concelho, a Câmara tinha conseguido negociar, junto da CCDR uma linha própria, estando ainda em negociações unilaterais com a mesma no sentido que a sua verba não ficasse estrangulada dentro da verba da Associação de Municípios, Baixo Mondego Nut3. Por fim, disse que tinha sido uma grande conquista, fruto da existência de um projecto PIN no distrito e na região, permitindo a abertura de uma porta e fruto também da grande capacidade negocial que tinha havido da parte do Sr. Presidente da CCDR. -----

----- Decretado pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, eram dezassete horas e quarenta minutos quando se deu início a um pequeno intervalo, tendo sido reiniciada a sessão às dezoito horas e quinze minutos. -----

----- **PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”:** -----

----- **PONTO UM: “ Apreciação do relatório do Sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea e) do n.º 1, do art.º 53 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro” -----**

----- Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, o qual deu as explicações julgadas



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

necessárias relativamente ao documento em discussão, salientando as baixas taxas de execução, redução do endividamento bruto e a ligeira diminuição das dividas a fornecedores. Relativamente ao endividamento líquido disse que tinha havido uma alteração da fórmula de cálculo dos limites de endividamento, sendo os limites para empréstimos na importância de 5.000.395,00€ (cinco milhões trezentos e noventa e cinco mil euros) e o endividamento líquido total era de 6.000.743,00€ (seis milhões setecentos e quarenta e três mil euros). Disse ainda, que a Lei das Finanças Locais e o Orçamento para 2007 continuava a impor regras para o endividamento o que obrigaria a uma gestão rigorosa por parte da Câmara. -----

----- **PONTO DOIS: “ Aprovação da acta da sessão extraordinária de 24 de Janeiro de 2007”** -----

----- Seguiu-se a votação, tendo sido a acta **aprovado por maioria** com duas abstenções: do Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida por se ter ausentado e do Sr. Deputado Paulo Reigota por não ter estado presente. -----

----- **PONTO TRÊS: “ Aprovação da Carta Educativa do Município de Mira, nos termos do disposto no n.º 1, do artº. 19º. Do D.L. n.º 7/2003, de 15 de Janeiro.”** -----

----- Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente da Câmara e começou por referir que a Carta Educativa era um instrumento de planeamento e ordenamento da rede educativa e devia ser um documento que permitisse adequar a oferta educativa do município à procura efectiva que se manifestasse, fazendo daquela oferta um instrumento de desenvolvimento. Sumariamente, aquilo que se pretendia era criar condições para que aqueles que vivem no Concelho pudessem aceder a equipamentos educativos,



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

permitindo a cada um aproveitar todas as capacidades de forma a construir um melhor projecto de vida. -----

----- O Sr. Vereador Dr. Miguel Grego esclareceu que a Carta Educativa era um instrumento que era obrigatório por lei mas infelizmente na região e no distrito eram poucas as que tinham sido aprovadas e homologadas. Lamentou o facto de imporem que os instrumentos fossem feitos porque, caso contrário, eram cortadas as verbas para que os municípios sentissem obrigação de o fazer. Se a carta educativa fosse aprovada, de seguida seria entregue na Direcção Regional de Educação, com o compromisso de que até ao final do mês seria homologada, tendo todas as condições para candidatar a QREN ao fundo de investimento e executar algumas obras. Informou que a Carta Educativa do Município de Mira tinha sido alvo de consulta pública, particularidade única na região e talvez no país, de uma forma muito breve descreveu a filosofia que tinha presidido à parte final da Carta Educativa e as principais intervenções: existia um modelo para o reordenamento da rede escolar, que era a criação de grandes pólos educativos, modelo esse que era de um governo que poderia a curto, médio ou longo prazo, ser alvo de reformas. Verifica-se também que o dinheiro proposto para a Educação, no QREN, na Região Centro, não dava nem para 10% dos pólos que estavam propostos nas cartas educativas, podendo levar a que os Municípios se demitissem de criar pólos educativos, porque não eram financiados e todas as políticas caíam por base. Assim, optaram por implementar na carta educativa um ritmo de acompanhamento permanente, não propondo o encerramento de escolas e a implementar novas estruturas, ficando escolas ao abandono, como infelizmente existia, tendo que lhes dar uma reutilização para outras



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

actividades, mas pelo contrário que o acompanhamento fosse feito de ano a ano por uma comissão que sairia do Conselho Municipal de Educação. No carácter projectivo dos dados da Carta Educativa, verificou-se que no prazo de alguns anos houve uma variação acentuada, fruto de algumas mudanças, nomeadamente a freguesia dos Carapelhos em que as pessoas levavam os filhos para a creche do Corticeiro de Cima, não aparecendo na contabilidade Municipal do primeiro ciclo e pré-escolar. Fruto daquilo que foi dito anteriormente disse que, a curto prazo, iria ser criada uma creche na Freguesia dos Carapelhos, através do programa “PARES”, passando a existir um fluxo inverso de pessoas que passariam a estar na creche daquela associação e que depois também se fixariam em termos de pré-escolar e primeiro ciclo; que, a zona sul tinha todas as escolas em risco mas que a implementação de uma zona industrial poderia mudar radicalmente a forma de reordenação. Tendo em conta aquilo que tinham sido as propostas das pessoas que tinham participado na consulta pública, disse que a principal mudança seria a realocização do jardim de infância da Praia, principalmente para promover um melhor primeiro ciclo na Praia de Mira, com salas polivalentes, salas de informática, cantina e uma sala por cada turma. Em Mira, a construção de mais quatro salas de aulas teria o mesmo efeito; No Seixo, a principal alteração seria o aproveitamento da escola velha para ter jardim-de-infância e pré-escolar; nos Carapelhos, através do “PARES” e da construção da creche, valências de jardins-de-infância, tenderia a ficar com uma escola do primeiro ciclo; a freguesia de Mira era a que causava mais dificuldades de análise pela sua configuração espacial, a escola da Lagoa, segundo as projecções da carta educativa, iria estagnar e depois começar a



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

regredir; a escola de Portomar, estava esgotada, não tendo capacidade para receber mais pessoas, existindo assim um número de alunos das envolventes que teriam de se deslocar, nomeadamente da Presa; o Casal, ficaria com uma utilização bastante satisfatória; nos Leitões, já alguns anos que se vinha a fazer alguns esforços para manter a escola em funcionamento o que infelizmente não se conseguiria fazer por mais tempo; no caso das Cavadas e Lentisqueira, a carta educativa recomendava alguma atenção e uma grande avaliação. Terminou, afirmando que a carta educativa era uma carta bastante ambiciosa porque propunha um conjunto de intervenções de pequena monta, mas constantes ao longo do tempo. -----

----- Usou da palavra o Sr. Professor Luís Lourenço que, como técnico da educação, começou por dizer que não se iria pronunciar relativamente ao estudo sociológico e demográfico que tinha estado na base da carta educativa porque era aspecto que não dominava, contudo eram esses mesmos estudos que iriam acarretar implicações a nível educativo e pedagógico. Reportou-se ao III volume da carta educativa, página 8, onde eram mencionados uma série de objectivos estratégicos da política educativa a implementar no concelho de Mira, para dizer que não havia como estar em desacordo com eles, o que vinha de seguida pareceu-lhe ser discrepante porque ia ao encontro da dita agonia de encerrar escolas, deixando as aldeias mais pobres; que, a parte pedagógica devia vir acima de tudo e, no ponto 1, quando era mencionado uma maior equidade, no ponto 5 a supressão de funcionamento de turmas agregadas de diferentes anos de escolaridade e quando no objectivo 10.º era mencionada a criação de estabelecimentos de ensino integrados com espaços pedagógicos e infra-estruturas de





**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

desporto escolar, pareceu-lhe que as coisas tinham caído pela base porque as propostas que eram feitas não se coadunavam com os objectivos. -----

----- A Sr.<sup>a</sup> Deputada Prof. Ana Maria Baião, começou por dar os parabéns ao Sr. Vereador Dr. Miguel Grego pela forma como tinha explicado a carta educativa e relativamente ao mencionado no documento, disse que o problema não estava nas escolas nem nas aldeias mas sim, numa cultura que tínhamos de anti-natalidade e que naturalmente se não havia crianças era natural que as escolas fechassem. Terminou apelando para que fossem criadas as condições necessárias para que as famílias pudessem ter filhos e deixassem de ser penalizadas por tê-los. -----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. Paulo Grego que começou também por dar os parabéns à equipa que tinha estado na elaboração da carta educativa, até porque era um problema que já se vinha a arrastar a alguns anos. Na sua opinião a carta educativa iria ser um documento fundamental na planificação do ensino do concelho, no que dizia respeito quer à construção, encerramento ou até mesmo à reconversão do parque escolar optimizando os recursos existentes no concelho. -----

----- A Sr.<sup>a</sup> Deputada Dr.<sup>a</sup> Cristina Jorge interveio para dizer que concordava com o que tinha sido dito pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Baião mas que não se tratava apenas de um problema de envelhecimento da população mas também de um duplo envelhecimento. Que a carta educativa não dependia só do Executivo mas também do Ministério de Educação e o sucesso ou não da implementação da carta educativa poderia ir ou não ao encontro das medidas economicista que eram impostas pelo Ministério da Educação e terminou dando também os parabéns ao executivo. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Seguiu-se a votação, tendo sido **aprovado por unanimidade e aclamação.** -----

----- **Declaração de Voto:**-----

----- O Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida, em nome da bancada do Partido Social Democrata, congratulou-se com a aprovação da carta educativa e com o trabalho e esforço que tinha sido feito; que, era um documento importante para o concelho e que não se previa para já o encerramento de escolas. -----

----- **PONTO QUATRO: “Concessão de benefícios fiscais à “Acuinova- Actividades Piscícolas, S.A.”, nos termos do n.º2, artº. 12º. da Lei nº. 2/2007, de 15 de Janeiro e de acordo com o previsto na alínea I) da Cláusula 2º. do acordo de colaboração para implementação do projecto de Aquicultura de Pregado, na Praia de Mira.” --**

----- Usou da palavra o Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Dr. Manuel de Jesus Martins que explicou que a Lei da Finanças Locais, aprovada recentemente, tinha vindo permitir que fosse a Assembleia Municipal a aprovar, sob proposta da Câmara Municipal, a isenção de taxas. Atendendo que era um projecto de grande interesse para o Município e nacional, sabendo que uma das formas de atrair investimento daquela natureza era também conceder benefícios fiscais e tendo presente as vantagens, a Câmara tinha deliberado submeter a proposta à Assembleia Municipal. -----

----- O Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida começou a sua intervenção com um voto de protesto pelo facto de a Assembleia já estar marcada há algum tempo e o assunto em questão, assim como outros só terem sido agendados para a reunião de Câmara, na terça feira e terem sido entregues com tão pouco tempo de antecedência para a Assembleia, tornando-se impossível discutir assuntos tão importantes sem estarem devidamente



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

preparados. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia usou da palavra e pegando na palavra do Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida, fez presente à vereação a necessidade de cumprir, em casos relevantes, tempos mais dilatados para permitir a apreciação da documentação por parte dos Srs. Deputados. -----

----- O Sr. Vice-Presidente da Câmara pediu desculpas pelo sucedido e explicou que a primeira reunião de Câmara do mês de Fevereiro tinha sido só no dia 13. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Dr. Paulo Grego que começou por lamentar também o facto de o documento lhe ter chegado com pouco tempo de antecedência mas na sua opinião a informação que constava na documentação nada contribuiria para a melhoria do debate; que, estava a ser apenas mais um argumento para fugir à questão e que era uma cláusula de um acordo que já tinha sido votado, apenas com um voto contra do Sr. Deputado Gabriel Pinho e com a abstenção da restante bancada do Partido Social Democrata. -----

----- Interveio novamente o Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida para, em resposta ao Sr. Deputado Dr. Paulo Grego, dizer que não estavam a tentar fugir à questão e que ainda bem que tinha reconhecido e concordado que a informação tinha chegado tarde mas que para além disso era pouca para um assunto tão importante. -----

----- Interveio mais uma vez o Sr. Vice-Presidente da Câmara para dizer que aquilo que estava em causa era uma cláusula que já tinha sido votada no protocolo. -----

----- Seguiu-se a votação, tendo sido **aprovado por maioria** com dois votos contra dos Srs. Deputados Gabriel Pinho e do Sr. Prof. Luís Lourenço e abstenção da restante



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

bancada do Partido Social Democrata. -----

----- **Declaração de Voto:** -----

-----Interveio o Sr. Deputado Prof. Luís Lourenço para dizer que tinha sido aprovado em Assembleia um aumento de taxas de IMI para o município na qual tinha votado contra porque as taxas iriam onerar ainda mais as famílias e como tal não achava por bem que se isentasse uma empresa daquela taxa. -----

----- O Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida interveio e disse que os motivos da abstenção da bancada do seu partido, eram os motivos inerentes ao voto de protesto da apresentação tardia da documentação. -----

----- **PONTO CINCO: “Declaração de interesse público municipal do projecto da Incubadora do Beira Atlântico Parque e do Parque de Negócios de Mira.”** -----

----- Tomou da palavra o Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida e começou por dizer que antes de se pronunciar sobre o ponto em questão não podia deixar de discutir a demissão do Sr. Presidente da Câmara de Mira do Conselho de Administração da AIBAP, até porque tinha tido conhecimento no dia anterior pela comunicação social, que o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Cantanhede tinha sido eleito e tinha tomado posse como Presidente da AIBAP. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia interveio para dizer que o que estava ali em causa era a declaração do interesse público e não a demissão do Sr. Presidente, estando assim a afastar-se do ponto que estava em causa. -----

----- O Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida interveio novamente para dizer que fazia parte do interesse municipal saber as questões que levaram à demissão do Sr. Presidente



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

e o motivo pelo qual tinha sido eleito o Sr. Presidente da Câmara de Cantanhede; que, todas aquelas questões eram do interesse da Incubadora. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia mais uma vez usou da palavra para dizer que todos aqueles assuntos poderiam ser ali debatidos, num período antes da ordem do dia ou mesmo num ponto específico. -----

----- O Sr. Deputado Engº. Carlos Monteiro interveio para dizer que tinha sido um projecto que também tinha tido o seu apoio; que, pensava que a posse do terreno onde estava construída a Cooperativa estava garantida e que havia um contrato promessa onde a Câmara de Mira tinha comprado e pago, mas que afinal as coisas não tinham sido assim e como tal gostaria de saber em que ponto se encontrava a situação. Mais disse, que só fazia sentido ter uma Incubadora se existisse um pólo tecnológico e que interessava a algumas pessoas que as empresas fossem incubadas em Mira para depois irem para o pólo de Cantanhede que já existia. Terminou a sua intervenção questionando o porquê da existência de duas empresas a ABAP e a AIBAP. -----

----- O Sr. Deputado Dr. Juan António interveio para dizer que estavam apenas a tratar de um mero expediente administrativo para resolver a questão da posse ou não do terreno. -----

----- Usou da Palavra o Sr. Deputado Narciso Patrão para dizer que votava favoravelmente no interesse Público municipal porque tinha interesse em que a incubadora progredisse e andasse para a frente. Mas reprovou e continuava a reprová-lo aquilo que tinha levado à sua instalação, nas condições em que tinha sido feita. -----

----- Tomou da palavra o Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal para esclarecer que



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

o Presidente da ABAP era o Presidente da AIBAP, por ser o accionista maioritário não o Presidente da Câmara de Cantanhede como tinha sido ali dito. -----

----- O Sr. Vereador Dr. Miguel Grego usou também da palavra para, em resposta ao Sr. Deputado Carlos Monteiro dizer que a questão daria para uma sessão inteira da Assembleia Municipal mas que todos compreenderiam facilmente porquê que a ABAP se quis emancipar da AIBAP. -----

----- Seguiu-se a votação, tendo sido **aprovado por unanimidade**. -----

----- **PONTO SEIS: “ Nomeação de Elementos para integrar a comissão alargada da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, de Mira, nos termos da alínea 1) do artº. 17º. da Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei nº. 147/99, de 1 de Setembro.** -----

----- O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia pediu à Assembleia que apresentasse propostas de elementos para integrar a comissão. -----

----- Eram dezanove horas quando o Sr. Deputado Carlos Monteiro se ausentou da sessão. -----

----- Usou novamente da palavra o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia para dar conhecimento de uma proposta que lhe tinha chegado às mãos e que era composta pelo Sr. Dr. Manuel de Jesus Martins, Vice-Presidente da Câmara Municipal, Prof.ª Patrícia Cristina Sérgio, Dr. Fernando José Madeira e Dr. Eduardo Barreira. -----

----- A Sr.ª Deputada Dr.ª Cristina Jorge questionou o n.º de pessoas que seria para nomear, o qual lhe tinha sido respondido que seriam quatro elementos e onde o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia se reportou ao art.º 17.º, alínea i) da Lei de Protecção



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de Crianças e Jovens em Perigo. -----

----- A Sr.<sup>a</sup> Deputada voltou a usar da palavra para dizer que por norma as bancadas da Assembleia escolhiam ambas, duas pessoas e não a imposição de uma lista já elaborada.

----- O Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida perante o que se estava a passar, pediu alguns minutos para reunir com a sua bancada a fim de elaborar uma lista. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Dr. Juan António para protestar pela clara partidarização relativamente à forma como estava a decorrer aquele assunto. -----

----- O Sr. Deputado Pedro Nunes interveio para dizer que fazia história naquela Assembleia o facto de estarem a votar nomes que não faziam parte da Assembleia. -----

----- Tomou novamente da palavra o Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida para dizer que era costume haver um acordo da parte das bancadas da Assembleia e não virem preparados já com uma lista. -----

----- A Sr.<sup>a</sup> Deputada Dr.<sup>a</sup> Cristina Jorge disse que seria de bom tom que os nomes fossem lançados pelos Srs. Deputados porque naquele caso nem conhecia as pessoas que estavam a ser votadas. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Luís Filipe Barreto para dizer que percebia perfeitamente a necessidade da eleição mas não o facto de a lista ter sido feito daquela forma e questionou ainda o método de votação. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia usou da palavra e disse que se podia alterar a forma a fim de melhorar o conteúdo, assim ambas as bancadas indicariam dois nomes. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Dr. Paulo Grego para dizer que não havia dúvidas



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

relativamente aos quatro nomes que tinham sido indicados pela bancada do Partido Socialista mas caso houvesse alterações a fazer, então sugeria alguns minutos para que as coisas ficassem esclarecidas; que, eram quatro nomes propostos pela Assembleia e cada bancada propunha-os da forma que entendesse. -----

---- Usou da palavra o Sr. Deputado Narciso Patrão que começou por referir que se a Assembleia tinha que votar nomes, tinha que ter conhecimento e aceitação desses nomes. -----

----- A Sr.<sup>a</sup> Deputada Dr.<sup>a</sup> Cristina Jorge disse ainda que, não tinham sido informados que deviam trazer uma lista com quatro nomes. -----

----- Neste momento foi feito um pequeno intervalo e ausentou-se da Sessão o Sr. Deputado Carlos Milheirão. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia retomou a Sessão e uma vez que não tinha havido um consenso, a mesa propôs que a bancada do Partido Social Democrata apresentasse quatro nomes e cada nome seria votado individualmente e escalonados pelo n.º de votos que cada um recolhesse. -----

----- Os Srs. Deputados do Partido Social Democrata acabaram por retirar a sua lista, demonstrando indignação como o processo tinha decorrido. Depois da votação dos Srs Deputados, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu conhecimento dos resultados, ficando nomeados para integrar a comissão os quatro elementos que compunham a única lista que tinha sido apresentada. -----

----- **PONTO SETE: “Aprovação do programa e condições da hasta pública para atribuição de lugares no Mercado Municipal da Praia de Mira, em cumprimento**





**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**do previsto na alínea I), do n.º 2, do art.º 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro na redacção da Lei n.º 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro.” -----**

-----Usou da Palavra o Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal para uma breve explicação das condições da hasta pública, informando ainda que tinha havido algumas alteração nos valores de licitação, relativamente aos anos anteriores. -----

----- Neste momento a Sr.ª Deputada Dr. Cristina Jorge ausentou-se da Sessão. -----

---- Seguiu-se a votação, tendo sido **aprovado por maioria**, com abstenção da bancada do Partido Social Democrata. -----

----- **Declaração de Voto:** -----

----- O Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida interveio apenas para dizer que, relativamente àquele ponto haviam documentos que só lhes tinham chegado no próprio dia. -----

----- **PONTO OITO: “Aprovação do programa e condições da hasta pública para concessão de espaço destinado a quiosque na Praia de Mira, em cumprimento do previsto na alínea I), do n.º 2, do art.º 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.” -----**

----- Usou da palavra o Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, apresentando o seu pedido de desculpas, pelo facto de a documentação ter sido enviada tão tardiamente mas, mais uma vez, tinha sido pelo motivo da reunião de Câmara se ter realizado a 13 de Fevereiro. -----

----- Seguiu-se a votação, tendo sido **aprovado por maioria**, com abstenção da bancada do Partido Social Democrata.-----

----- Para terminar solicitou ao plenário autorização para assinatura em minuta da acta



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

respectiva, tendo a mesma sido **concedida por unanimidade.** -----

----- **Intervenção do Público:** -----

----- O Sr. Luís Pinho interveio para, relativamente aos lixos que eram abandonados pelo Concelho, apelar para que todos fizessem um esforço para melhorar o ambiente. Reportou-se a um local na Lagoa, que se situava aproximadamente a 12 m da pista reciclável e próximo dos moinhos que para além dos resíduos antigos que os habitantes tinham por hábito deixar, tem-se assistido também a um depósito de fogões, televisões e outras “reliquias”. -----

----- O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para dizer que concordava com tudo aquilo que tinha sido dito pelo Sr. Luís Pinho; que, já tinha reportado a situação para a Divisão do Ambiente e Recursos Naturais para tentar tirar a lixeira que lá existia e também junto da população apelar para não depositarem lixo nos locais públicos. -----

----- **ENCERRAMENTO:** -----

-----E não havendo mais nada a tratar, pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal foi declarada encerrada a sessão, sendo vinte horas, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, em que as respectivas deliberações foram todas tomadas conforme se refere no texto e aprovadas em minuta assinada no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 4 do artº 92.º da Lei 169/99, de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro.



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---

---